



S. R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

As notícias vindas a público sobre irregularidades que teriam envolvido a Junta Autónoma de Estradas suscitaram um justificado interesse por parte da opinião pública mas igualmente algumas especulações infundadas.

Tendo em vista um melhor conhecimento dos factos, esclarece-se o seguinte:

1. Em intervenção directamente realizada num programa televisivo e, depois, reproduzida em diversos órgãos de comunicação social, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1995, o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Dr. Pedro Ferraz da Costa, afirmou saber de situações de concursos públicos em que o acesso esteve condicionado ao pagamento de "luvas" e em que a participação ou o acesso aos concursos foram obtidos através do pagamento de comissões que tiveram por destinatários partidos políticos ou individualidades não referenciadas.
 2. Em face destas declarações, o Procurador-Geral da República determinou que o Dr. Pedro Ferraz da Costa fosse ouvido, em inquérito, no DIAP de Lisboa.
 3. Na inquirição, foram recolhidas imputações de carácter genérico mas nenhum facto que corroborasse as notícias que já então eram objecto de larga especulação.
 4. Entretanto, das diligências levadas a efeito, resultaram suspeitas de irregularidades praticadas em concursos realizados perante a Direcção-Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde do Ministério da Saúde (DGIES) e perante a Junta Autónoma de Estradas (JAE).
 5. Neste contexto, em 24 de Fevereiro de 1995, e relativamente à DGIES, o Procurador-Geral da República representou a Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Contas a conveniência em que, pelos serviços daquele Alto Tribunal, pudesse ser realizada auditoria ou inquérito.
- De igual modo, na mesma data, o Procurador-Geral da República solicitou ao Senhor Inspector-Geral de Finanças que, com a urgência possível, se dignasse proceder, relativamente à JAE, a sindicância, auditoria ou inquérito, consoante o que fosse considerado mais adequado aos objectivos da investigação que concretamente foram assinalados.
6. No inquérito directamente conduzido pelo Ministério Público, foi, em 9 de Abril de 1996, exarado despacho que determinou que fosse separada a investigação dos factos relativos a concursos públicos no âmbito hospitalar e dos factos respeitantes a favorecimentos de empresas bem como inerentes contrapartidas económicas prestadas a favor de funcionários da JAE.
 7. Ao primeiro dos referidos inquéritos foram juntos o relatório da auditoria efectuada pelo Tribunal de Contas, remetido ao DIAP em 20 de Junho de 1996 e o relatório da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, remetido em 3 de Agosto de 1995.
 8. O teor do relatório de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças evidenciou a ocorrência de eventuais irregularidades financeiras, tendo sido, por despacho de 27 de Setembro de 1995, ordenada a extracção e remessa de certidão ao Tribunal de Contas, com vista à efectivação da respectiva responsabilidade.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

9. Aquele inquérito (envolvendo concursos relativos a hospitais), cuja movimentação não conheceu quaisquer atrasos, foi, por despacho de 15 de Julho de 1997, arquivado, por, face aos elementos de prova obtidos, não resultarem indícios suficientes da prática de ilícitos criminais.

10. O relatório de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças concluiu, relativamente a concursos de empreitadas de obras públicas, pela ocorrência de deficiências de natureza formal mas pela inexistência, com excepção de uma única situação, de conexão entre funcionários da JAE e órgãos sociais das empresas adjudicatárias de obras e projectos.

11. Porém, em relatório complementar, de 26 de Fevereiro de 1996, a Inspeção-Geral de Finanças verificou a ocorrência de factos susceptíveis de determinarem a instauração de procedimento disciplinar contra funcionários da JAE, pelo exercício de actividades privadas geradoras de incompatibilidade legal.

E, em sequência, propôs que os factos fossem dados a conhecer ao Senhor Presidente da JAE bem como a Sua Excelência o Ministro do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território.

12. Em nenhum relatório ou auditoria se evidenciaram situações de corrupção ou de financiamento de partidos políticos.

13. Pelo DIAP de Lisboa, correu igualmente termos um inquérito, instaurado na sequência de denúncia de um particular, que imputava a funcionários da JAE a prática de actos susceptíveis de configurarem crimes de corrupção passiva para a prática de acto ilícito.

Este inquérito, cuja investigação esteve a cargo da Polícia Judiciária, sob a direcção do Ministério Público, foi arquivado, por despacho de 15 de Setembro de 1998, por não se terem apurado suficientes indícios de factos criminalmente relevantes.

14. Ainda pelo DIAP de Lisboa, correu termos outro inquérito, instaurado com base em denúncia anónima, contra funcionários da JAE que teriam favorecido determinadas empresas de construção civil e obras públicas em concursos relacionados com a construção de estradas, caminhos e pontes, a troca de dinheiro e ou outras vantagens patrimoniais.

A investigação esteve a cargo da Polícia Judiciária, sob a direcção do Ministério Público.

O inquérito foi igualmente arquivado, por despacho de 9 de Maio de 1997, por não terem sido recolhidos indícios de factos com relevância criminal.

15. Um dos inquéritos, relativo a concursos realizados no âmbito da Junta Autónoma de Estradas, encontra-se ainda em fase de investigação, a cargo da Polícia Judiciária e sob a direcção do Ministério Público, sem atrasos processuais.

16. As afirmações produzidas publicamente pelo Senhor General Garcia dos Santos justificaram que tivesse sido solicitado a prestar declarações perante o Ministério Público.

Pelo conteúdo das afirmações e pela responsabilidade das funções que aquele oficial general exerceu, o Procurador-Geral da República determinou que as declarações fossem prestadas no seu gabinete, o que teve início na manhã de ontem, dia 6.

17. O Procurador-Geral da República determinou a recolha de todos os processos relativos a esta matéria e que fossem analisados no seu gabinete, com a participação dos magistrados titulares dos inquéritos.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

Realizado este exame e analisadas as declarações produzidas pelo General Garcia dos Santos, o Procurador-Geral da República definirá a sequência processual que o caso justifica e o modo como devem prosseguir e ser aprofundadas as investigações.

Lisboa, 7 de Outubro de 1998

PEL'O CHEFE DO GABINETE

João Manuel da Silva Miguel